

Comunicação Oral

A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS COMO ATIVIDADE DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: PROPOSTA DE FUNDAMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Cristina Dotta Ortega – UFMG

Resumo

A ordenação de documentos em serviços de informação (tradicionais ou eletrônicos) se constitui em proposta de modo de leitura oferecida aos usuários, além de possibilitar o controle dos documentos e seu acesso, por meio de código de localização atribuído a cada documento da coleção. Alguns dos problemas que motivaram esta pesquisa foram: a secundarização da ordenação de documentos como modo de leitura da coleção, em nome da recuperação da informação possibilitada pela indexação, assim como, a adoção do número de chamada, em detrimento de propostas orientadas às características da coleção de documentos e do público-alvo. O objetivo do trabalho é ressignificar a ordenação de documentos como atividade de organização da informação, por meio da exploração dos conceitos que a fundamentam e da análise linguística dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, grandemente adotados para a atividade. Como metodologia, exploramos a literatura de origem francesa, e a literatura nela baseada, voltada aos estudos de linguagem, em função da compreensão de que a mesma é elemento operatório da organização da informação. Desse modo, contextualizamos o tema da ordenação de documentos como atividade de organização da informação, apresentando conceitos básicos relativos a processos, instrumentos e produtos; tratamos das relações entre ordenação e classificação; e abordamos o princípio classificatório adotada para a atividade, discutindo os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica por meio de suas características linguísticas sob dois aspectos: o estrutural e semântico, e o pragmático. Finalizamos ressaltando que a ordenação de documentos deve ter seu papel revisto no contexto do conjunto das ações de mediação realizadas nos diversos serviços de informação.

Palavras-chave: Ordenação de documentos. Organização da informação. Classificação bibliográfica. Número de chamada.

Abstract

Document arrangement in information systems (traditional or electronic) becomes a proposal of way of reading offered to users, besides making possible the control of documents and the access to them, by means of a location code assigned to each document of the collection. Some of the problems that motivated this research were the relegation to a secondary position of document arrangement as a way of reading of collection, in the name of the information retrieval made possible by indexing; and the adoption of the call number to the detriment of proposals related to the features of the document collection and of the public. The aim of this research is to resignify the document arrangement as an activity of information organization, by means of the exploration of concepts which ground it and the linguistic analysis of the traditional

systems of bibliographic classification. As methodology, we explored the literature of French origin, and based on it, dedicated to the language studies inasmuch as we understand that it is an operational element in information organization. Thus, we contextualized the theme of document arrangement as an activity of information organization, showing some basic concepts; relating to processes, instruments and products; we deal with the relationships between ordination and classification; and we approached the classification principle of the activity, discussing about the traditional bibliographical classification systems by means of their linguistic characteristics under two aspects: the structural and semantic one, and the pragmatic one. We end up pointing out that document arrangement is a subject to be retaken so that its role is revised in the context of the set of mediation actions carried out by several information services.

Keywords: Document arrangement. Information organization. Bibliographic classification. Call number.

1 INTRODUÇÃO

A ordenação de documentos em serviços de informação exerce papel primordial na promoção do uso qualificado da informação, pois se constitui em proposta de modo de leitura, influenciando nas possibilidades de interpretação dos usuários, além de propiciar o controle dos documentos e seu acesso. Práticas de ordenação de documentos são tão antigas quanto as próprias bibliotecas ou os primeiros ensaios destas. Entretanto, sua historicidade e arcabouço conceitual são, por vezes, negligenciados em favor de uma abordagem mais imediatista que restringe o significado da atividade.

Podemos dizer que o tema não compõe a agenda da pesquisa contemporânea. Paradoxalmente, os bibliotecários têm clareza sobre sua atualidade e demandam por material de apoio, assim como, há pequena, mas significativa, literatura técnico-científica. Desse modo, ao menos cinco problemas foram identificados:

- secundarização da ordenação de documentos como proposta de significação, ou seja, como modo de leitura da coleção, em nome da recuperação da informação possibilitada pela indexação;
- desconsideração da ordenação de documentos orientada às características da coleção de documentos e do público-alvo, em função da adoção do número de chamada¹ como proposta homogeneadora de código;
- substituição da ideia de ordenação pela de classificação bibliográfica, embora a ordenação não seja realizada unicamente segundo princípios classificatórios (como no

¹ Número de chamada, ou *call number*, no original em inglês, é código proposto no século XIX, por Cutter, nos Estados Unidos, e faz parte do modelo de gestão de bibliotecas adotado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e amplamente disseminado em todo o mundo.

caso da ordenação por critérios de sequencialidade), e os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica² não sejam os únicos adotados;

- concepção, no ensino e na pesquisa, de que a classificação bibliográfica responde apenas por conteúdos temáticos (ou assuntos³), ainda que os próprios sistemas tradicionalmente adotados para tal demonstrem o contrário; e
- não reconhecimento da ordenação de documentos como operação básica da organização da informação, ao desconsiderar que a mesma se realiza no ambiente Web, seja na estruturação hierárquica para navegação entre recursos *online*, seja na codificação para localização de documentos eletrônicos.

Os problemas apontados indicam algumas dicotomias e simplificações e a falsa crença de que a questão é antiga e suficientemente resolvida. Deste modo, o objetivo do trabalho é ressignificar a ordenação de documentos como atividade de organização da informação, por meio da exploração dos conceitos que a fundamentam e da análise linguística dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, grandemente adotados para a atividade. O trabalho se justifica por conta da observação da necessidade de tratamento contemporâneo para o tema, se consideradas práticas profissionais e reflexão sobre operações básicas da organização da informação. A análise linguística dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica decorre de que: a noção de classificação deve ser elaborada especificamente quanto à operação da classificação bibliográfica; e, uma vez que esses sistemas são grandemente adotados em bibliotecas quando o princípio ordenador é classificatório, a análise fundamentada dos mesmos se mostra desejável.

Como metodologia, exploramos a literatura de origem francesa, e a literatura nela baseada, voltada aos estudos de linguagem, em função da compreensão de que a mesma é elemento operatório da organização da informação. No tópico 1, contextualizamos o tema da ordenação de documentos como atividade de organização da informação, apresentando conceitos básicos relativos a processos, instrumentos e produtos. No tópico 2, exploramos as relações entre os termos ordenação de

² Adotamos o termo sistemas tradicionais de classificação bibliográfica para tratar dos sistemas mais usuais em todo o mundo, inclusive no Brasil, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), entre outros. Para tratar das características gerais dos sistemas que compõem esta tipologia, adotamos o termo sistemas de classificação bibliográfica.

³ Um assunto é uma combinação de conceitos relativos a conteúdos temáticos dos documentos.

documentos e classificação bibliográfica, por observarmos a necessidade desta distinção para a compreensão da primeira. A abordagem francesa contemporânea mais relevante localizada para a base conceitual e terminológica do tema foi a de Calenge (2010), em torno do termo francês *classement*, incluindo a compilação que realiza de textos de outros autores. Tratamos também da representação descritiva e da representação temática de documentos, buscando contextualizar a operação de ordenação de documentos. No tópico 3, discutimos os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, explorando suas características linguísticas sob dois aspectos: o estrutural e semântico, e o pragmático. Para realizar a análise destes sistemas, utilizamos texto de Gardin (1966), pesquisador pioneiro na introdução dos estudos de linguagem visando fundamentar processos e instrumentos de organização da informação. Os estudos do Grupo Temma, da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP), iniciados com Gardin, também foram adotados, em especial os textos de Lara (1993, 1999, 2001, 2002).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Ciência da Informação tem como fim a **apropriação da informação**, a qual podemos entender, com base em Perroti e Pieruccini (2007), como a apreensão da informação pelo indivíduo. A apreensão é construída culturalmente e implica produção de sentido, ou seja, trata-se da possibilidade de esses indivíduos tornarem-se sujeitos da cultura, ou ainda, sujeitos cidadãos. Segundo esses autores, a apropriação da informação depende dos modos de oferta dos conteúdos e das características dos mecanismos de acesso.

Esses modos de oferta correspondem à produção de mensagens realizadas segundo ações a que chamamos de **mediação da informação**: mediação entre documentos e usuários, com o fim de promover – não garantir – ações conscientes e pró-ativas destes sujeitos frente àqueles objetos. A mediação tem como alvo a comunicação (especificamente, **comunicação da informação**) que se dá entre a representação do objeto e o sujeito que a interpreta. Segundo Lara (1993), a comunicação se efetiva no momento da apropriação.

As atividades documentárias são aquelas voltadas à mediação da informação. Estas atividades podem ser assim nomeadas: identificação das necessidades de

informação; seleção de documentos; coleta de documentos; representação dos documentos; ordenação de documentos; preservação de documentos; e elaboração de produtos e serviços de informação, exposições e ações educativas e culturais.

Deste modo, dentre as atividades documentárias descritas será tratada neste artigo a **ordenação de documentos**, também chamada **arranjo de documentos**. A ordenação dos documentos, quando ocorre, é a última etapa da organização da informação, pois é aquela em que os documentos tornam-se finalizados para uso.

Os documentos nem sempre são coletados. Nestes casos, pode ocorrer a indicação do endereço eletrônico dos documentos na Internet ou do nome e localização da pessoa ou instituição depositária dos mesmos. Nos casos em que os documentos são coletados, é realizada sua ordenação por meio de codificação ou não. Arranjos podem ser adotados também para documentos eletrônicos.

A atividade apresenta funções de caráter comunicacional e administrativo, o segundo sempre visando dar conta do primeiro. Elegemos três funções como principais:

A ordenação de documentos, assim como os outros procedimentos de organização da informação, implica produção de mensagens, neste caso, **modos de leitura** da coleção de documentos, enquanto propostas orientadoras para sua exploração por meio da circulação no espaço (tradicional ou eletrônico⁴). Estas propostas de modos de leitura implicam a disposição dos documentos em determinada perspectiva, ou seja, envolvem certos aspectos e não outros. Como modo de orientação para certos percursos sobre a coleção, é possível saber o que há nela e obter os documentos de interesse.

Outra função da ordenação de documentos é a de **localização** dos mesmos em uma determinada coleção. Um código ou um endereço eletrônico atribuído a cada documento singulariza o mesmo frente aos demais em uma coleção, fornecendo o acesso, por realizar a relação entre o registro do documento na base de dados e sua localização em um determinado espaço tradicional ou eletrônico. Em uma coleção do tipo tradicional, o código permite que o documento seja retirado e guardado novamente, segundo ordenação proposta para a coleção.

A atividade é adotada também como recurso para a **gestão das coleções** no que se refere a uma política de seleção para aquisição e descarte de documentos e ao

⁴ Adotamos ‘eletrônico’ e não ‘virtual’, por entender que o ambiente virtual é sempre eletrônico, e não é somente o virtual que nos interessa para tratar da ordenação de documentos.

planejamento dos espaços para sua alocação, considerando as condições e os modos mais adequados para armazenamento e preservação segundo suporte e tipologia documental, assim como, quanto às previsões de uso.

Alguns conceitos sustentam a compreensão da atividade, como demonstram os termos e definições abaixo, baseados em literatura publicada na França, Portugal e Espanha⁵:

A **ordenação de documentos** é o arranjo de uma coleção ou de parte de uma coleção de documentos em móveis como prateleiras ou arquivos, ou no meio eletrônico, decorrente de operações baseadas em uma ordem pré-estabelecida a partir de um determinado critério de interesse.

O instrumento desenvolvido para dar conta da sistemática da atividade é o **plano de ordenação**. Trata-se de um texto que descreve a organização, as regras de ordenação e os modos de acesso a um conjunto de documentos que constituem uma coleção. O plano predetermina a organização do espaço documental que é especificada por meio do manual de codificação, o qual é composto pelos códigos validados (descritos à frente).

Como a ordenação pode seguir princípios classificatórios ou uma ordem sequencial, no primeiro caso, o plano de ordenação apresenta uma **estrutura classificatória**, na qual devem estar explicitados o significado dado a cada notação de classificação e as relações entre elas. Se a estrutura classificatória for baseada em um sistema de classificação bibliográfica, tesouro, ou outra linguagem documentária, é adequado que constem recomendações ou instruções quanto à sua utilização.

Pode-se dispor ainda de um **quadro** ou **esquema de ordenação**, o qual apresenta o sistema geral da ordenação de documentos e se distingue do plano de ordenação por representar a arquitetura geral do modo de ordenação, sem detalhar os códigos validados.

A **codificação** é a operação de elaboração de um código para um documento pertencente a uma coleção, que determina a posição ou localização do documento na mesma. Envolve uma etapa propriamente intelectual relativa à elaboração do código, seguida de uma etapa marcadamente material que se dá com a inscrição do código no registro do documento na base de dados e, no caso dos ambientes tradicionais, inclui

⁵ Os termos apresentados e suas definições foram elaborados a partir das seguintes fontes: Boulogne (2005), Cacaly et al. (2008), Calenge (2010), Carrión Gútiéz (2002, p. 391-402), Faria ; Pericão (2008, p. 210), e Jouguelet (1997).

ainda a produção de uma etiqueta e a colagem desta no documento. Adicionalmente, códigos relacionados e legendas são produzidos e inscritos em etiquetas, as quais são fixadas às prateleiras, estantes e demais móveis em que estejam dispostos os documentos, de modo a orientar a circulação pelo espaço.

Um **código** é uma cadeia de caracteres breve, simples e estruturada, cuja construção é baseada sobre um conjunto de regras. A capacidade teórica do código deve corresponder às necessidades da codificação, atendendo a características de univocidade e estabilidade. Como exemplos, temos o *International Standard Book Number-ISBN*, que é composto de elementos codificados utilizados na constituição de sistemas estruturados de identificação documental em cada país, e o número de chamada, que é composto basicamente por um número de classificação e uma notação de autor, e adotado para a ordenação de documentos em muitas bibliotecas em todo o mundo.

O código do documento permite identificá-lo e ordená-lo no conjunto de documentos da coleção. Os seus elementos constituintes apresentam sucessão estruturada que fornece a orientação a ser dada à ordenação dos documentos e à sua localização. O código é geralmente representado por um conjunto de letras ou números que será reproduzido no documento e em todas as suas 'imagens' (registro de entrada, catálogos etc.), o que permite que o documento seja encontrado onde foi alocado. Por estes motivos, os códigos devem ser mnemônicos. No caso dos endereços de documentos eletrônicos, no entanto, trata-se de códigos que não exercem função informacional, ou seja, cognitiva, apenas função de acesso (a exceção dos casos em que o endereço representa uma estrutura hierárquica). A ordenação de documentos pode ser realizada também sem o uso de códigos, como nas livrarias e em alguns acervos pessoais.

Os **códigos validados** são aqueles determinados por um plano de ordenação e listados em um manual de codificação. Estes códigos respondem a uma organização espacial e intelectual do espaço documental que é determinada *a priori*, como dissemos. No entanto, quando se usa, por exemplo, um sistema de classificação bibliográfica, a escolha do código se efetua com o documento em mãos, depois da análise do conteúdo e da busca da notação mais representativa desse conteúdo no sistema. Neste caso, os códigos validados não são parte de um plano de ordenação propriamente dito, pois não há a construção local deste plano com a inclusão de seus elementos específicos. Trata-se

de um sistema de classificação bibliográfica que exerce o papel, à sua maneira, de um plano de ordenação. Não ocorre, nesta situação, o que se denomina como codificação intelectual.

O **manual de codificação** é a lista do conjunto de códigos validados em uma coleção, acompanhado de notas de uso, remissivas, detalhamentos do uso, etc., podendo conter também um índice.

Esta sistematização da atividade de ordenação de documentos envolve os seguintes instrumentos: o esquema de ordenação que apresenta sua arquitetura geral, sem detalhar a estruturação por códigos; e o plano de ordenação que explicita a organização do espaço documental e permite sua operação por meio do manual de codificação, no qual consta a lista de códigos com notas de uso e outras orientações.

Ressaltamos, assim, que uma terminologia específica e elaborada de modo rigoroso é necessária à explicitação da atividade a que se refere.

3 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS E A CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Quanto à relação entre ordenação e classificação, encontramos terminologia desenvolvida na produção técnico-científica em francês (publicada na França) que contribui à discussão.

O termo *classement* é adotado para indicar a ordenação dos documentos no espaço, ou seja, a operação material de colocar em ordem, alocando fisicamente os documentos, uns em relação aos outros, enquanto o termo *classification* refere-se à operação intelectual (JOUQUELET, 1997).

No caso arquivístico, identificamos a mesma situação quanto aos termos *plan de classement*⁶ e *plan de classification*, sendo preferido o primeiro, segundo Hudon (2009, p. 70). Já na literatura em francês do Canadá, onde o livro citado foi produzido, usa-se *plan de classification*, equivalente ao termo plano de classificação que é adotado em Arquivística no Brasil. Como podemos observar, a preferência pelo termo plano de ordenação, segundo tradução nossa, parece emblemática da ideia de ordenação enquanto

⁶ Este instrumento apresenta uma estrutura essencialmente hierárquica, constituída pela enumeração de grandes funções e atividades administrativas em uma instituição ou de atividades principais de um indivíduo, para a organização de documentos correspondentes às mesmas, com o objetivo de determinar seu valor primário (valor administrativo, financeiro ou legal) e seu valor secundário (valor de testemunho histórico) (HUDON, 2009, p. 70-71).

arranjo de documentos segundo algum princípio de interesse: o termo indica que o plano de ordenação em si não é de classificação, sendo este, de fato, o princípio adotado para aquele.

Tanto os termos apresentados no tópico 1, obtidos em literatura estrangeira, relativos aos processos, instrumentos e produtos da ordenação de documentos, quanto os termos adotados em francês para distinguir ordenação e classificação, demonstram a ausência de um sistema conceitual próprio e de uma terminologia estabelecida sobre o tema no Brasil. No entanto, em obra publicada no Brasil recentemente, o termo ordenação de documentos é adotado, sobre o qual as autoras reconhecem que há negligência, haja vista tratar-se de recurso de acesso à informação, para o que tratam da atualidade da localização fixa (PINHEIRO ; WEITZEL, 2007). Outro diferencial brasileiro é a literatura sobre os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, pois a função destes sistemas na codificação de documentos para alocação espacial é clara e uma problematização frente às linguagens documentárias foi desenvolvida (como vemos em parte da literatura adotada no tópico 3).

Fundamentar o conceito de ordenação, para então relacioná-lo ao de classificação, deve permitir superar duas reduções, relacionadas entre si: a de que a operação de classificação bibliográfica seria explicativa da atividade de ordenação, e a de que o uso dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica daria conta de toda atividade de classificação bibliográfica. No primeiro caso, toma-se um processo pelo outro e, no segundo caso, toma-se um ou dois instrumentos concretos como os únicos para um certo tipo de processo. Tratamos a seguir desta questão, buscando observar o papel da classificação bibliográfica no conjunto das operações de ordenação.

A **ordenação de documentos** trata da disposição de documentos em um espaço. Ordenar é propor um arranjo e a chave da ordenação é o princípio adotado, o qual pode ser classificatório ou não, como no caso da sequencialidade, por exemplo, por meio do número de inventário atribuído segundo a ordem de chegada dos documentos ao sistema, ou do número dos fascículos de coleções de periódicos, entre outros.

A **classificação** é a operação cognitiva de caráter lógico que consiste em organizar entidades em classes, de maneira que as entidades semelhantes sejam agrupadas e claramente separadas de entidades não semelhantes. A classe é um conjunto de entidades que compartilha um princípio de divisão ou atributos (HUDON, 2009, p.

68). Por extensão, a **classificação bibliográfica** é a operação que consiste em agrupar em classes os documentos semelhantes, separando, conseqüentemente, os documentos com os quais eles não apresentam as mesmas relações (p. 69). Para o agrupamento de documentos segundo princípios classificatórios, certas entidades atribuídas aos documentos de uma coleção são adotadas como critérios, como: tipologia documental, tipo de conteúdo, público, assunto, outros. A cada entidade são identificados atributos correspondentes, como: livro e periódico no caso da tipologia documental, e crianças e mulheres no caso do público. Esta organização lógica se exterioriza em uma notação mais ou menos expressiva que representa uma entidade tratada de forma genérica ou específica e indica em qual contexto e em que perspectiva ela está sendo tratada.

Quanto às entidades adotadas, classificar documentos não se refere apenas à entidade assunto porque não se trata de classificar os conhecimentos dos documentos, mas de ordenar documentos quanto a diversas características, como público, origem, tipologia documental, assuntos, outros. A noção de classificação foi desenvolvida como pertencente aos estudos de Representação Temática. Nessa perspectiva, a compreensão de que a classificação bibliográfica opera unicamente com a entidade assunto foi se sedimentando com o tempo na literatura especializada e no pensamento da área. Como a classificação é operação lógica de identificação de entidades semelhantes e diferentes de documentos, segundo atributos das mesmas, sua aplicação é pertinente ao tratamento do documento como um todo no conjunto da coleção, e não apenas quanto ao seu conteúdo temático.

Para a classificação bibliográfica, adota-se sistemas de classificação bibliográfica⁷. Os **sistemas de classificação bibliográfica** são, dentre as linguagens documentárias, aqueles que se caracterizam, em termos de sua estrutura, por uma hierarquia, e em termos de sua função, pela vocação para a ordenação de documentos.

Como dissemos, alguns sistemas de classificação bibliográfica são mais amplamente utilizados. Esses sistemas contam, normalmente, com um esquema geral de classificação por grandes temas ou disciplinas, tabelas auxiliares (que se referem a aspectos comuns que podem ser utilizados em qualquer classe do esquema, como atributos de forma, tempo, espaço, ponto de vista), e um índice alfabético que facilita o

⁷ Ainda que a CDU tenha sido concebida para o tratamento de artigos de periódicos, é hoje usada para a classificação bibliográfica.

acesso às diversas perspectivas sob as quais as entidades são abordadas (por ex. uma criança em psicologia, em educação, em antropologia, em religião). O índice alfabético orienta a busca pela classe e/ou subclasse da estrutura hierárquica mais adequada aos objetivos da classificação.

Inicialmente a classificação bibliográfica foi a atividade adotada para a ordenação dos documentos por assuntos, tipologias documentais e outros. A **indexação** passou a ser também adotada por possibilitar, por excelência, a recuperação dos assuntos dos documentos. Embora a indexação possa ser explicada em parte como atividade de classificação, os dois termos são adotados neste trabalho para representar duas operações básicas e distintas da organização da informação – a classificação bibliográfica e a indexação –, como tratamos a seguir.

Como a classificação bibliográfica é usada com o objetivo de realizar a ordenação de documentos, a representação realizada é genérica, pois é baseada no documento como um todo. O produto deste tipo de representação é uma notação classificatória baseada em uma representação linguística referente a uma classe.

Na indexação, como o objetivo é explorar a diversidade intelectual do documento, a representação realizada é mais específica. O produto da representação, os descritores (ou termos descritores), funcionam como pontos de acesso temáticos que remetem aos registros da base de dados, os quais indicam documentos (a exceção das bases de dados cadastrais que remetem a registros). Diferentemente dos sistemas de classificação bibliográfica, o plano de classificação dos tesouros, idealizados para fins de indexação, é apenas uma referência para a organização global do instrumento. O foco na indexação é o conceito, ou uma combinação dos conceitos, não a classe onde ele se localiza. A posição do conceito no plano de classificação do tesouro faz com que ele seja marcado pelas características da classe onde se insere mas, diferente da classificação bibliográfica, a classe é relativizada porque o foco desloca-se da estrutura para o próprio conceito, representado pelo descritor.

Já na indexação com uso de listas de cabeçalhos de assunto, é comum que cada unidade seja combinada a uma notação classificatória, de modo que não haja duplicação de esforços entre indexação e classificação. O problema é que, além das restrições linguísticas e pragmáticas apresentadas pelos sistemas classificatórios usuais, listas como a *Library of Congress Subject Headings* ou a *Sears List*, segundo Lara (2002, p.

9), são instrumentos que não permitem o controle efetivo do vocabulário porque não dispõem de uma base estrutural de sustentação, o que se agrava quando seus cabeçalhos são traduzidos pelas instituições que os utilizam e registrados em catálogos de ‘rubricas de assunto’.

A ordenação de documentos, segundo princípios classificatórios ou não, distingue-se da representação descritiva e da representação temática, pois estas operam a partir da exploração dos vários elementos informacionais possíveis e desejáveis para controle e busca, enquanto aquela tem como objeto de representação a unidade física documental em sua totalidade. Os aspectos fundamentais da ordenação de documentos são a materialidade dos mesmos e a espacialidade relativa ao lugar dos documentos em uma coleção junto a outros que a compõem. Deste modo, a ordenação de documentos referem ao trato dos documentos em sua totalidade, enquanto a representação descritiva e a temática operam, respectivamente, com elementos de identificação e elementos temáticos dos documentos.

4 ANÁLISE LINGUÍSTICA DOS SISTEMAS TRADICIONAIS DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A adoção de sistemas de classificação bibliográfica em geral relaciona-se ao início do acesso livre ao acervo, quando foi preciso oferecer recursos para uma busca autônoma pelos usuários, para o que, a ordenação por assuntos como princípio estruturador e uma codificação explícita são bastante adequados. Considerando as vantagens apresentadas no uso destes sistemas, relativas à familiaridade dos públicos quanto à sua estruturação, ao uso grandemente disseminado da codificação alfanumérica, e aos parâmetros cognitivos que os mesmos oferecem para uma navegação entre documentos de modo autônomo, tratamos a seguir de alguns dos problemas identificados, os quais são potencializados, dada sua adoção extensiva por bibliotecas.

A funcionalidade dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica foi questionada em função de algumas fragilidades metodológicas sob as quais os mesmos foram constituídos. No entanto, em alguma medida, esses estudos induziram à ideia de que os sistemas de classificação bibliográfica em si é que são restritivos ou limitantes, e não os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, como a CDD e CDU, os

quais são em geral objetos destes estudos. A questão merece ser discutida, como faremos a seguir.

O desenvolvimento teórico e metodológico das linguagens documentárias, visando subsidiar sua construção e atualização, conta com aportes da Linguística e da Terminologia como modo de promover sua capacidade linguística de comunicação segundo terminologia adotada por certos públicos. Podemos dizer que Gardin (1966) e Coyaud (1966), entre outros, inauguraram uma fundamentação linguística dos processos documentários na década de 1960, embora ensaios já tivessem sido aventados anteriormente.

As linguagens documentárias são instrumentos adotados para a representação dos conteúdos temáticos dos documentos, tendo como fim a recuperação destes conteúdos em bases de dados. Para sua funcionalidade efetiva são elaboradas especialmente para cada contexto documentário, dos generalistas aos mais especializados.

Uma linguagem documentária é constituída por termos e pelas relações entre eles. Os três tipos de relações que a caracterizam são (CINTRA, 2002, p. 45-46):

- relações hierárquicas, cujos termos superordenados e subordinados podem ser do tipo gênero/espécie ou do tipo todo/parte;
- relações de equivalência, nas quais, a um termo preferido corresponde um ou vários não preferidos, sendo que todos funcionam como chave de busca pelo usuário; são as relações que realizam o controle do vocabulário, ou seja, controle da ambiguidade da linguagem natural; e
- relações associativas, aquelas que apresentam algum interesse para busca e que não são as explicitadas anteriormente, como causa e efeito, processo e instrumento etc.

De outro modo, considerando simultaneamente a linguagem documentária em si e a linguagem documentária em uso, Gardin (citado por CINTRA, 2002, p. 35-36) trata dos seus três elementos básicos:

- léxico: lista de descritores;
- rede paradigmática: composta por relações essenciais e, geralmente estáveis, entre descritores, cuja rede lógico-semântica, corresponde à organização dos descritores numa forma que poderia ser chamada de classificação; e

- rede sintagmática: composta pelas relações contingentes entre os termos descritores, relações que são válidas no contexto particular onde aparecem; os sintagmas são as expressões construídas por regras sintáticas cuja coordenação entre termos constitui um tema.

A rede paradigmática representa as unidades que compõem a linguagem documentária quanto às suas categorias (a linguagem documentária propriamente dita), enquanto a rede sintagmática representa o uso destas unidades em combinações pertinentes realizadas na indexação e na busca (a linguagem documentária no uso).

De modo equivalente, Coyaud (1966, p. 22-23) trata de dois tipos de relações entre os termos em uma linguagem documentária:

- relações analíticas: aquelas estabelecidas previamente ao uso da mesma na atividade de representação dos documentos, ou seja, são a parte *a priori* ou inata. Diríamos que são as relações estáveis de uma linguagem documentária, no sentido de que são seus elementos constituintes, e não resultado das combinações realizadas quando do seu uso.
- relações sintéticas: aquelas estabelecidas entre os termos da linguagem documentária no momento da representação dos documentos. São constituídas quando do uso da linguagem documentária, portanto, são relações particulares, não previstas em sua individualidade, constituindo-se *a posteriori*.

Coyaud (1966) afirma que as diferenças entre estes tipos de relações não é propriamente uma diferença de natureza, mas de emprego. Exemplifica a relação analítica com a relação de inclusão geralmente presente nas classificações hierárquicas. Complementa indicando a organização paradigmática de uma linguagem documentária como aquela fundada em relações analíticas, do que afirmamos que, a organização sintagmática é, por sua vez, baseada nas relações sintéticas.

Vários tipos de linguagens documentárias foram construídos e utilizados no decorrer de seu desenvolvimento, como os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros. O tesouro, quanto às suas características estruturais e funcionais, é o que mais se aproxima das conceituações apresentadas, motivo pelo qual é entendido como a linguagem documentária ideal.

Feita uma conceituação das linguagens documentárias, partimos para uma análise linguística dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica segundo dois aspectos: o estrutural e semântico, e o pragmático.

4.1 Aspecto estrutural e semântico dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica

Segundo Gardin (1966) e Coyaud (1966), a dimensionalidade de uma linguagem documentária diz respeito à natureza das relações analíticas. Os autores referem-se à identificação e distinção das diversas tipologias de relações que compõem uma linguagem documentária. Desse modo, definem como unidimensional a linguagem documentária que utiliza um só tipo de relação analítica e como multidimensional aquela que comporta muitos tipos de relações analíticas. A unidimensionalidade caracteriza os sistemas hierárquicos e é exemplificada pela relação de inclusão estrita a taxonomias, as quais são típicas das ciências naturais, em que a relação constitutiva é efetivamente única, em todos os níveis e para todos os grupos de termos.

Ao se referir aos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, no entanto, Gardin (1966) propõe distinguir entre uma unidimensionalidade real e uma unidimensionalidade aparente. Afirma que há uma unidimensionalidade aparente nestes casos pois, sob a qualificação 'hierárquica' observa-se facilmente tipos de relação inteiramente diferentes, que não são relações de inclusão. Para ele, enquanto os sistemas taxonômicos apresentam uma unidimensionalidade real, em geral os sistemas de classificação bibliográfica deflagram uma unidimensionalidade aparente, a não ser em algumas de suas partes, como nas nomenclaturas de espécies naturais, de corpos químicos etc. Além disso, existem outros tipos de relações que ficam anônimas e, por essa razão, são confundidas com a relação hierárquica estrita. Por sua vez, Coyaud (1966, p. 36) explora a ideia demonstrando a diversidade não explicitada de relações analíticas da CDU.

Posteriormente, Lara (2002) analisou a CDD e a CDU e realizou comparação entre os dois sistemas, que reforça a análise de Gardin e Coyaud. Afirma que ambos apresentam restrições por incluir, numa única hierarquia, diferentes tipos de relações entre suas unidades. As relações hierárquicas podem ser observadas segundo a natureza da relação (sendo a de gênero/espécie a única relação hierárquica genuína), ou segundo a forma de apresentação (quando tanto a relação gênero/espécie quanto a de todo/parte

são apresentadas sob a forma de árvore). Lara afirma que o mundo não se organiza de maneira hierárquica (ou seja, de modo unidimensional) e vários tipos de relações podem ocorrer entre os conceitos, como as relações denominadas associativas não-hierárquicas, do tipo causa-efeito, produtor-produto, ação-objeto da ação, agente-instrumento, atividade-agente etc. Diríamos que, de fato, no caso dos sistemas de classificação bibliográfica, a hierarquia deve ser constituída por meio da escolha de apenas um ponto de vista, a exemplo das taxonomias científicas.

É preciso levar em conta também que sistemas de classificação bibliográfica não apresentam controle de vocabulário. A inclusão de remissivas para contemplar relações de equivalência semântica entre os termos configuraria um outro instrumento, que não o puramente hierárquico, a julgar pelas primeiras propostas de taxonomias corporativas que, rapidamente, incorporaram outros tipos de relações entre os termos para além das relações hierárquicas, visando funcionalidade como instrumento de recuperação da informação.

A atualidade da contribuição de Gardin, entre outras, está na constatação de que a escolha das relações entre os termos constituintes de uma linguagem documentária manifesta a originalidade de seu ponto de vista estrutural e, conseqüentemente, seu lugar na tipologia de linguagens em geral. Assim, entendemos que os sistemas de classificação bibliográfica são sistemas hierárquicos, portanto, unidimensionais. A tentativa de contemplar outras dimensões, por meio da inserção de relações diversas entre os termos, descaracteriza estes sistemas tornando-os unidimensionais aparentes, o que compromete sua funcionalidade.

Quanto às possibilidades de contemplar várias dimensões em sistemas hierárquicos, Gardin (1966) e Coyaud (1966) definem as classificações em: unívocas, em que cada termo consta em uma só classe, e multívocas, em que um mesmo termo pode compor classes diversas. Como exemplo destas últimas, em uma classificação relativa à indústria farmacêutica, o termo iodo pode compor classes que se referem a matéria-prima, a produto final, a reagente etc., levando a que o termo se repita na estrutura. A repetição dos termos sob diferentes classes, em virtude de suas diversas dimensões, é típico dos sistemas de classificação facetada. Lembramos aqui que a ideia de faceta, proposta por Ranganathan, inovou ao isolar as características dos termos e organizá-las na estrutura segundo os pontos de vista de interesse. Neste caso, a estrutura

hierárquica inclui relações de outro tipo, quais sejam, as de nível sintático pois, para as classes A, B e C, as relações são estabelecidas porque se identifica que há termos que são membros de A, membros de B e membros de C.

A teoria da classificação facetada, como ficou conhecida, foi uma das bases para o desenvolvimento de linguagens documentárias vocacionadas para a recuperação da informação, como os tesouros. A aproximação a uma linguagem propriamente dita possibilitou uma compreensão do eixo paradigmático e do eixo sintagmático das linguagens documentárias. Este referencial teórico da linguagem permitiu distinguir linguagens documentárias pré-coordenadas, como as classificações facetadas e outras, em que os termos são combinados no momento da representação dos documentos, e linguagens documentárias pós-coordenadas, como os tesouros, nas quais a combinação de termos se dá na busca de informações no sistema. Também foi possível observar a distinção entre linguagens documentárias de classificação e linguagens documentárias de indexação, as primeiras voltadas para o documento como um todo, e as segundas para seus conteúdos temáticos.

4.2 Aspecto pragmático dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica

A compreensão linguística da organização da informação não se dá fora de uma perspectiva pragmática, de tal modo que a produção e o uso dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica devem privilegiar características das coleções de documentos e especificidades do público-alvo. Frente à tarefa de tornar científicas concepções do senso comum, identificamos três questões relacionadas, que comentamos a seguir.

A primeira delas refere-se à caracterização usual dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica como **enciclopédicos**, embora refiram-se de fato “à pretensão universalizante de abarcar, num só sistema, todo o universo do conhecimento” (LARA, 2001). A universalização, no entanto, não ocorre porque, segundo esta autora, em uma abordagem semiótica, o que é registrado “é sempre parcial frente à infinita possibilidade de interpretação enciclopédica”. Lara (1999) debruçou-se sobre o conceito de enciclopédia demonstrando não apenas sua complexidade, mas sua pertinência para uma compreensão da área, em contraposição à ideia de dicionário. Enquanto o dicionário apresenta o léxico de um idioma e suas definições em uma apresentação alfabética, a enciclopédia faz-se pela noção de encadeamento dispondo ao leitor verbetes relacionados que possibilitam diversos percursos de leitura. Posteriormente, Olga

Pombo explorou o conceito de enciclopédia como aquele que fornece à área categorias de pensamento que a explicam e sustentam (POMBO, 2010).

Uma segunda questão refere-se a que a **matriz disciplinar** presente nos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica não é representativa do mundo contemporâneo, o que dificulta seu uso e atualização. Assim, se forçar um sistema hierárquico para que seja multidimensional não se apresenta viável, a tentativa de englobar nele todo o conhecimento relativo a um período de tempo bastante antigo, torna-o anacrônico e evidencia visão de mundo homogênea e estável.

A terceira questão é que, na cultura biblioteconômica, a informação foi continuamente considerada um dado, ou seja, a informação existiria *a priori* e a representação seria o esforço de resgatá-la do documento. Esta perspectiva levou à ideia de que na representação há uma relação de fidedignidade entre o conteúdo de um documento e a expressão utilizada para ‘representá-lo’. Como decorrência, com base em Lara (2001), o produto da classificação seria uma **reprodução**.

Quanto às três questões, observamos, respectivamente, que persiste a ideia de sistemas pretensamente universais, adotados na ausência da percepção do significado da datação histórica de uma determinada abordagem do conhecimento, e que partem de pontos fixos de enunciação a serem mecanicamente equiparados aos conteúdos dos documentos, cuja interpretação também seria única.

Para Lara (2001), a informação é sempre uma construção, porque as generalizações realizadas na atividade documentária são um produto cultural, fruto da experiência com a realidade, portanto, não são neutras, nem possuem um fim em si mesmas. A constituição de sistemas de informação é uma operação carregada de intencionalidade que persegue objetivos específicos. As necessidades pragmáticas determinam os recortes, ou seja, as segmentações dos conteúdos, de forma a viabilizar um fluxo informativo efetivo. Consequentemente, um mesmo universo documentário pode ser organizado e representado de diversas maneiras, pautando-se nos distintos propósitos a que se destinam.

Se a linguagem é a principal expressão das diferentes formas de organização cultural, justifica-se “procurar nas teorias da linguagem o apoio para a construção das linguagens documentárias, bem como as referências para alcançar formas de mediação mais adesivas aos sistemas informacionais.” (MOREIRA ; LARA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a atividade de ordenação de documentos, nota-se a adequação da hierarquia e da unidimensionalidade, caso dos instrumentos classificatórios, exceção feita às situações em que se adota o princípio da sequencialidade. Para a atividade de representação de documentos visando recuperação de seus conteúdos, a multidimensionalidade característica dos tesauros, adotados para a operação da indexação, deve ser a referência. Há ainda os instrumentos adotados na estruturação e na produção dos registros das bases de dados.

Assim como os demais processos de organização da informação, não há um único modo de ordenação de documentos, embora seja produtivo compartilhar soluções. Deste modo, colocamos como esforço necessário a produção de arranjos que considerem usuários, documentos e objetivos institucionais. Como em todas as outras operações documentárias, a orientação é sempre pragmática, ou seja, baseada em sua possível utilidade. O desafio colocado é o do refinamento de metodologias baseadas em parâmetros linguísticos estruturais e semânticos, assim como, pragmáticos, que permitam a elaboração de categorias pertinentes à atividade de ordenação de documentos.

A escolha de categorias é sempre local e provisória. Paradoxalmente, o trabalho documentário necessita de estruturas de representação estabelecidas no tempo, ou seja, modos de ordenação relativamente estáveis, em função do alto custo da recodificação de documentos e da exigência de compreensão dos novos modos de ordenação pelos usuários.

Em ambientes tradicionais ou eletrônicos, nenhuma das operações descritas para a atividade de ordenação é de fato mecânica ou de menor exigência intelectual. A ordenação de documentos deve ter seu papel revisto no contexto do conjunto das ações de mediação realizadas nos diversos serviços de informação.

Em relatos de experiências que apresentam soluções de ordenação de documentos voltadas a realidades locais, há o reconhecimento da facilidade de adoção do número de chamada, como realizado em muitas bibliotecas. Frente a isso, perguntamos: se, no segundo caso, não há em geral problema colocado, pode-se dizer que há olhar problematizador?

REFERÊNCIAS

- BOULOGNE, A. (Coord.) (2005). **Vocabulaire de la documentation**. Paris: ADBS Éditions. Disponível em: http://www.adbs.fr/vocabulaire-de-la-documentation-41820.htm?RH=OUTILS_VOC&RF=OUTILS_VOC. Acesso em: 3 ago. 2013.
- CACALY, S. et al. (2008). **Dictionnaire de l'information**. 3. ed. Paris: Armand Colin.
- CALENGE, B. (Coord.) (2010). Glossaire. In: _____. (Coord.) **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB. p. 191-196.
- CARRIÓN GÚTIEZ, Manuel (2002). **Manual de bibliotecas**. 2. ed. de 1993, reimpr. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. 766 p.
- CINTRA, A. M. M. et al. (2002). **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis.
- COYAUD, M. (1966). **Introduction a l'étude des langues documentaires**. Paris: C. Klincksieck.
- FARIA, M. I. R. ; PERICÃO, M. G. (2008). Cotação. In: _____. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EDUSP.
- GARDIN, J.-C. (1966). Elements d'un modele pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n. 5, p. 171-182. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- HUDON, M. (2009). Le traitement du document. In: SALAÜN, J. M. ; ARSENALT, C. (Coords.). **Introduction aux sciences de l'information**. Montréal: Les Presses de la Université de Montréal. 235 p.
- JOUGUELET, S. (1997). Classement. In: CALCALY, S. (Coord.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation** Paris: Nathan. p. 135-136.
- LARA, M. L. G. (1993). **Representação documentária: em jogo a significação**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.
- LARA, M. L. G. (1999). **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas**. São Paulo. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.
- LARA, M. L. G. (2001). O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 6. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- LARA, M. L. G. (2002). **Dos sistemas de classificação bibliográfica às search engines**. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários. (Ensaio APB, 90).

MOREIRA, W. ; LARA, M. L. G. (2012). Ontologias, categorias e interoperabilidade semântica. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 13, n. 4. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/>. Acesso em: 3 ago. 2013.

PERROTTI, E. ; PIERUCCINI, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G. ; FUJINO, A. ; NORONHA, D. P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar. p. 47-98. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

PINHEIRO, A. V. T. P. ; WEITZEL, S. R. (Colab.) (2007). **A ordem dos livros na biblioteca**: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa. Rio de Janeiro: Interciência ; Niterói: Intertexto.

POMBO, O. (2010). Dispersão e unidade: para uma poética da simpatia. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Orgs.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP. p. 29-46. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/enancibdigital.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.